

Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Ambiente e Energia

Deputado Salvador Malheiro

ASSUNTO: Requerimento para audição de diversas entidades no âmbito das denúncias de cortes rasos na Serra da Lousã

No seguimento da audiência realizada pela Comissão de Ambiente e Energia no dia 29 de maio de 2024, com a Associação de Recuperação do Talasnal (ART), foram levantadas várias questões deveras preocupantes sobre o abate e corte raso na Serra da Lousã, cujas consequências são devastadoras da fauna, flora, paisagem, turismo e segurança rodoviária.

A ART e outras entidades locais têm denunciado o corte raso de árvores, principalmente pinheiros-bravos adultos, da Serra da Lousã. Esta prática tem levantado sérias preocupações desde 2021, com a Associação e várias ONGs a questionarem os danos causados, numa área que está inserida na Zona Especial de Conservação (ZEC) da Serra da Lousã, importando referir que esta é parte integrante da Rede Natura 2000, que é o principal instrumento para a conservação da natureza na União Europeia. Mais, está também inserida na Reserva Ecológica Nacional (REN), que reúne um conjunto de áreas estratégicas que, tendo em conta o seu valor e sensibilidade ecológicos ou mesmo pela sua exposição e vulnerabilidade face a riscos naturais, são objeto de proteção especial.

Está em causa uma área de encosta com elevado risco de erosão, numa Zona Especial de Conservação como acima descrito e detentora de elevados valores naturais, com várias espécies e habitats protegidos. Ora, conhecendo a acentuada topografia da serra, estes crimes ecológicos e irresponsáveis podem permitir o arrastamento do solo durante períodos de alta pluviosidade, ameaçando a estabilidade dos taludes e o habitat natural, especialmente nas proximidades das linhas de água. Estas, que são fundamentais para a rica diversidade das espécies de fauna e flora que ficarão cada vez mais vulneráveis aos distúrbios ambientais causados pelos cortes rasos.

A Serra da Lousã e a sua única paisagem, foi inclusivamente premiada a nível nacional e levada a concurso ao Prémio Europeu da Paisagem, como o património histórico, como o Castelo de Arunce e as “míticas” Aldeias do Xisto, que estão desta forma a ser severamente afetadas, comprometendo o turismo e as atividades económicas associadas.

Como agravante a todo este processo, é denunciada a possibilidade do empreiteiro florestal responsável pelos cortes rasos, não ser o legítimo proprietário assim como não ter autorização deste, mas ter procedido à destruição de 142 hectares de floresta, incluindo 75 hectares de terrenos camarários sem autorização, danificando trilhos, sinalética e estradas. Desde 2021, a ART tem enviado diversos e-mails às autoridades competentes, recebendo apenas respostas evasivas que remetem as questões para outras instituições, sem fornecer uma resposta concreta.

Este caso revela uma enorme preocupação, pois fica evidente que, apesar da presença de meios de fiscalização no local, incluindo carrinhas do ICNF, o problema persiste. Tal situação demonstra que a falta de resposta não se deve à ausência de meios operacionais sendo desta forma imperativo escrutinar diversas entidades de forma que a responsabilidade seja apurada.

Assim, pelo exposto, e ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CHEGA vem solicitar a audição na Comissão de Ambiente e Energia, das seguintes entidades:

- O Presidente do Conselho Diretivo do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF);
- O Inspetor-Geral da Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT);
- O Comandante do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA).

Palácio de São Bento, 6 de Junho de 2024

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA

Rita Matias
Bernardo Pessanha
Luís Paulo Fernandes
Raul Melo